4.1.3.3 Facebook

A página "UndimeSC" foi criada em 2012, com intuito de ampliar o meio de comunicação com os dirigentes Municipais, técnicos, educadores, como, também, para atender ao público em geral, interessado em conteúdos voltados a educação, de forma rápida e objetiva.

Informações sobre concursos, programas, projetos e prazos podem ser visualizados na página da instituição, que traz, também, informes da Undime-SC. As publicações são diárias e permitem a interatividade dos internautas.

Aos poucos a ferramenta vem ganhando adeptos e, atualmente, conta com 1.004 seguidores e 1.010 curtidas, sendo 31 likes no período de julho de 2017, quando bateu a marca de 1mil seguidores.

4.1.3.4 YouTube

Criado em abril de 2013, o canal UndimeSC veio com o propósito de ceder as exigências do mercado tecnológico, cada vez mais em alta, e investir, também, na comunicação visual.

Nesse espaço, são publicados vídeos referentes aos eventos promovidos pela Undime-SC, materiais institucionais, palestras, matérias jornalísticas e depoimentos de personalidades da área educacional.

São mais de 18,5mil visualizações e 337 inscritos, que acompanham, regularmente, as postagens e transmissões ao vivo. Em julho de 2017 foram 193 novas inscrições, um aumento significativo de 134% em apenas 30 dias.

4.1.3.5 WhatsApp

Pensando em prestar assessoria aos dirigentes Municipais de Educação e educadores de forma prática e dinâmica, além de otimizar o tempo e facilitar a comunicação com os membros da Diretoria, a Secretaria Executiva da Undime-SC disponibilizou o aplicativo WhatsApp. Atualmente, conta com 557 contatos, distribuídos em quatro grupos, além de atender a outros profissionais da educação de Santa Catarina que não integram a rede de assistência 24h.

4.1.3.6 Instagram

Para divulgação de eventos, lembretes, publicar fotos e mensagens de forma divertida, a Undime-SC criou uma conta no Instagram em dezembro 2016. Em sua primeira publicação, uma homenagem aos 29 anos de atuação no Estado:



undime_santacatarina Com muita garra e persistência, a Undime/SC tem lutado por uma educação de excelência e chega aos 29 anos com a bagagem cheia de conquistas para a educação pública catarinense. Parabéns!!!!

Em oito meses, a página "undime_santacatarina" já conta com 41 publicações e 48 seguidores.

4.1.3.7 Boletim Eletrônico

Em Reunião Ordinária realizada em 09 de junho de 2017, na Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS), na Capital, foi aprovada a transição do impresso Jornal da Undime-SC, para o formato digital. Na oportunidade, apresentou-se um modelo aos membros da Diretoria Executiva, com as especificações da nova versão do informativo.

A edição passou a ser semanal, com possibilidade de publicações especiais. O conteúdo ganhou maior abrangência e expandiu o número de leitores. O mailing possui mais de 15 mil contatos, além das divulgações via WhatsApp e Facebook, que juntos ultrapassam um público de, aproximadamente, 25 mil leitores.

Implantado em junho de 2017, o Boletim Eletrônico além de ser uma aposta inovadora, é uma ferramenta de comunicação instantânea, que possibilita a divulgação de notícias em tempo real, além de gerenciar o acesso e trabalhar a interatividade de seus leitores. Pelo Google Analytics é possível controlar a entrada e permanência nas publicações, pois as notícias são direcionadas ao portal eletrônico da instituição.

4.1.4 Olimpíada de Língua Portuguesa

A Olimpíada de Língua Portuguesa é um concurso de redação que premia os melhores textos de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, de escolas públicas de todo o país.

A disputa acontece a cada dois anos, sendo que nesse intervalo são realizadas formações presenciais e a distância com os professores, pra que compreendam a dinâmica do concurso e possam estar estimulando os estudantes a participarem, além de auxiliá-los durante todo o processo que envolve a disputa.

O objetivo é ampliar as habilidades de leitura e escrita e permitir o contato com a cultura local, despertando a curiosidade na busca por conhecimentos, além de contribuir para o desenvolvimento da cidadania e o aprimoramento do trabalho docente.

Estabelecido em 2002, o Programa Escrevendo o Futuro se tornou política pública em 2008, após parceria com o Ministério da Educação (MEC) na qual se permitiu aumentar a abrangência do programa e alterar sua nomenclatura para Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. Em 2016 concluiu a 5ª Edição, com a com a participação de 4.876 municípios brasileiros, cerca de 40 mil escolas envolvidas e mais de 170 mil inscrições de professores.

A Olimpíada é uma iniciativa da Fundação Itaú Social, com a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), e parceria do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Canal Futura. Em Santa Catarina, conta com a representação da Undime-SC na coordenação municipal e da SED-SC na estadual.

4.1.5 Projeto Trilhas

O Projeto Trilhas é um conjunto de recursos didáticos (Curso a distância /Kit de jogos e cadernos) que visam contribuir na formação de professores e alfabetização de alunos até oito anos de idade.

Por meio de cursos à distância, profissionais que atuam na Educação Infantil e/ou do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental podem aprender técnicas de planejamentos das aulas; possibilidades de explorar os conteúdos de literatura; além de receberem materiais didáticos, que servirão para melhorar as propostas de trabalho e, consequentemente, a aprendizagem das crianças. A inscrição do curso é gratuita, e os participantes recebem certificação reconhecida pelo MEC de até 85h.

Os materiais do Trilhas foram elaborados em 2009 e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) em 2011, como eficaz para se tornar política pública complementar as metodologias já existentes. No ano seguinte, passou a funcionar com a distribuição dos materiais e formação de técnicos das Secretarias de Educação, gestores e professores, qualificando o ensino e a prática nas escolas.

Alinhado ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e compartilhando as metas e formas de atuação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o Projeto Trilha surgiu por uma iniciativa do Instituto Natura, que conta com o apoio do MEC e da Undime.

4.1.6 Calendário Escolar

Deu-se o encaminhamento do Ofício nº 0190/12, em 09 de outubro de 2012, o qual faz referência ao Calendário Escolar 2013, proposto pela Secretaria de Estado da Educação (SED-SC), a ser adotado pelos municípios de Santa Catarina.

A ideia era constituir um calendário unificado, para que as redes, estadual e municipal de educação, pudessem iniciar e finalizar o ano letivo na mesma data. Na época, o presidente da Undime-SC, Osmar Matiola, apresentou a proposta aos municípios e, sugeriu que fizessem uma análise para, posteriormente, discutir em reuniões regionais, a serem convocadas nas sedes das Secretarias Regionais de Desenvolvimento (SDR's), para alterações e homologação das propostas.

De acordo com Ofício, as redes teriam autonomia para definir datas de reuniões pedagógicas, conselhos de classe e até antecipar feriados, caso houvesse necessidade de adaptá-lo ao da prefeitura municipal ou ao do governo do estado.

Com a unificação do calendário, além de igualar o início e fim do ano letivo das redes, a intenção era de coincidir um maior número de dias letivos, minimizando transtornos no atendimento do transporte escolar ofertado pelos municípios.

Após várias reuniões, optou-se por unificá-lo e, a cada ano, é realizada uma reunião entre Undime-SC e SED-SC para definir o Calendário Escolar do ano seguinte, podendo as escolas - no uso de suas atribuições e havendo necessidade - realizar modificações no cronograma, juntamente com a Gerência Regional de Educação (Gered), desde que cumpra a legislação que determina o mínimo de 200 dias letivos e 800 horas-aula.

4.1.7 Moção Piso Nacional do Magistério

Reunidos no Fórum Jubileu de Prata da Undime-SC, em 15 de março de 2012, na Capital, os dirigentes municipais de educação de Santa Catarina apresentaram e aprovaram a moção a favor do Piso Nacional do Magistério, reconhecendo a legalidade e necessidade de se ter planos de carreiras, em todo território nacional:

> Os dirigentes Municipais, embora reconheçam que a melhoria de qualidade da educação está intrinsecamente ligada à valorização do magistério, constatam que a implantação do piso, carreira e hora atividade, simultaneamente, acarretam grande sobrecarga aos orçamentos municipais.
> Até que seja implementado um novo sistema tributário nacional que fortaleça os municípios, capaz de garantir a oferta de serviços públicos de qualidade, há necessidade de rever a atual legislação, tornando-a compatível com o momento atual. [...]

Com base nos apontamentos, discussões e reflexões acerca do assunto, os DME's enumeraram as prioridades, que constam desta forma no documento oficial:

1) Seja aprovada a alteração prevista no Projeto de Lei 3776/08, mudando a data base para que "o reajuste do Piso Nacional do Magistério seja transferido de janeiro para o mês de maio de cada ano, devendo o MEC publicar o seu valor oficialmente até o dia 30 de abril";

2) Deve ser mantida a redação original do PL 3776/08, promovendo o reajuste anual do piso pelo INPC, acrescentando-se a variação do PIB – Produto Interno Bruto, a mesma fórmula utilizada para o reajuste do salário mínimo, pois, não há como manter o incremento anual do piso vinculado ao do crescimento do valor anual do mínimo por aluno do FUNDEB, verificado nos 02 exercícios anteriores e aplicando-o no ano subsequente, e propõem que este percentual incida sobre Piso Nacional do Magistério e seja aplicado também aos planos de carreiras do magistério;

3) Aprove o Projeto de Lei 215/11 do Senado Federal que tem como objetivo corrigir a atual legislação, permitindo que qualquer Estado ou Município que comprovar impossibilidade de pagar o Piso Nacional do Magistério e o plano de carreira possam se habilitar para receber o auxílio financeiro e técnico da União. Os dirigentes sugerem a inclusão neste projeto do plano de carreira, isto porque a atual legislação restringe bastante o alcance da complementação da União, prejudicando o esforço nacional para garantir que ocorra a valorização dos profissionais do magistério através do pagamento de um piso nacional e um plano de carreira adequado;

4) O plano de carreira para magistério de Educação Básica Federal seja base para a complementação da União, criando uma referência nacional para a remuneração do magistério. Reconhecem que estas medidas estão amplamente correlacionadas com o Plano Nacional de Educação, pois, se não houver novas fontes de financiamento que integralizem, no mínimo, 10% do PIB, será muito difícil de cumprir as metas nele inseridas, especialmente, a valorização do magistério que é o cerne da melhoria da qualidade da educação para todos com qualidade social. O PNE deve ser o pacto nacional que garanta o desenvolvimento sustentável do Brasil, cuja base é a educação.

A Moção, foi assinada pelo presidente da Undime-SC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, e, três anos depois, em 2015, foi ratificada no XV Fórum Ordinário da instituição. No item dois, passou a ler-se o seguinte texto:

> Ratificar a proposta da Undime, aprovada em reunião em cinco de setembro dois mil e doze, pelo CNTE e CONSED, e que foi entregue ao grupo de trabalho da Câmara de Deputados e a pedido Fátima Bezerra, para debater uma proposta de consenso para o reajuste do Piso Salarial para professores da rede pública. "a proposta aprovada garante a reposição da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, mais cinquenta por cento do crescimento consolidado da receita do Fundeb realizado em nível nacional, referente ao ano anterior". Em tempo: essa proposta foi apoiada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Frente Nacional dos Prefeitos.

O excerto acima foi extraído da Moção sobre o Piso Nacional do Magistério[23], assinada pela presidente Astrit Maria Savaris Tozzo.

4.1.8 Conviva Educação

O Conviva Educação é uma plataforma online criada pela Undime e compartilhada por suas seccionais, para auxiliar a gestão dos dirigentes Municipais nas Secretarias de Educação.

Trata-se de um ambiente virtual moderno, dinâmico e gratuito, que facilita a organização de dados e informações relevantes dos municípios que, com a constante mudança de seus líderes, acabam - muitas vezes - sofrendo perdas irreparáveis e prejudicando o andamento de ações nas secretarias.

Na plataforma Conviva isso não acontece. Todos os processos são armazenados por áreas, que facilitam a rotina de trabalho, seja no acesso ou na alimentação do ambiente. As ferramentas se dão nas seguintes dimensões: Administrativa; Orçamentária e financeira; Alimentação escolar; Democrática; Pessoas; Pedagógica; Transporte escolar; Estrutura e documentação; além atuar de forma integrada com a Agenda; Indicadores; Fóruns; e Biblioteca, onde poderá incluir a legislação, programas e projetos do município.

Ao todo, são 11 institutos e fundações parceiras: Itaú Social; Fundação Lemann; Fundação Roberto Marinho; Fundação SM; Instituto C&A; Fundação Telefônica VIVO; Intituto Natura; Fundação Victor Civita; Itaú BBA; Todos pela Educação; Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; além de contar com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme).

Desde 2013, mais de 3,9 mil Secretarias Municipais de Educação, representadas por seus dirigentes, já aderiram ao Conviva Educação, como um recurso que favorece as condições de aprendizagem dos alunos. Atualmente, Santa Catarina conta com 280 municípios cadastrados.

4.1.9 PRADIME

Por uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Undime, criou-se o Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME), com objetivo de instruir e amparar os dirigentes e técnicos das secretarias municipais, no que diz respeito à gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais, de forma a contribuir para o avanço em relação às metas e aos compromissos do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

De acordo com o portal do PRADIME[24] na internet, define-se como:

> [...] um espaço permanente de formação, troca de experiências, acesso a informações sistematizadas e à legislação pertinente, que ajude a promover a qualidade da educação básica nos sistemas públicos municipais de ensino, focando as diversas dimensões da gestão educacional. [...]

O programa é ofertado, por intermédio das Universidades Federais parceiras do programa, na modalidade EAD, com cursos de extensão (170h) e especialização (360h), que contam, ainda, com atendimentos presenciais realizados pelos professores formadores e tutores de pólo.

Dentre as temáticas abordadas estão: planejamento e a avaliação do sistema educacional; financiamento e a gestão orçamentária; entre outros, além trabalhar o fortalecimento das equipes para atuarem nas áreas de gestão educacional, dos sistemas de ensino e da gestão escolar.

[23] Moção sobre Piso Nacional do Magistério.
Disponível em <http://undime-sc.org.br/download/mocao-piso-nacional-magisterio/>. Acesso em: 05 agosto 2017

[24] Pradime. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pradime>. Acesso em: 05 agosto 2017.



Cerimônia de Formatura do PRADIME 2013.
Foto: Arquivo, datado em 28/02/2013.

4.1.10 Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores

Entre as parcerias realizadas pela Undime-SC está o curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, promovido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD/MJ) e pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC).

O curso é ofertado na modalidade à distância, por intermédio do Núcleo de Multiprojetos de Tecnologia Educacional (NUTE), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com carga horária de 180h. É direcionado aos educadores de escolas públicas (estaduais/municipais) da Região Sul: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

O último curso ocorreu em novembro de 2014, quando foi realizado o Encontro Sobre Prevenção Escolar ao Uso de Drogas: mostra de ações preventivas na escola, como encerramento da 6ª Edição. O intuito foi promover a discussão e compartilhar experiências sobre os projetos confeccionados durante a formação.

4.1.11 Rede de Assistência dos Planos de Educação

Para garantir a efetividade dos planos de educação, em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) – 2014/2024, o Ministério da Educação (MEC) criou, em 2014, a Rede de Assistência Técnica composta por Avaliadores Educacionais (AE).

Além de atuarem na primeira etapa de elaboração e adequação dos planos, são de responsabilidade dos AEs o monitoramento e avaliação. Para isso, contam com a parceria da Undime e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e atuação da Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), além de uma equipe formada por técnicos, supervisor e coordenador para cada ente federativo.

Em Santa Catarina, os AE's receberam formação para disseminar a metodologia às Comissões Coordenadoras e Equipes Técnica dos municípios, pautada num conjunto de materiais disponibilizados pela SASE/MEC e na realização de atividades contextualizadas, visando o fortalecimento das ações a serem executadas.

Nesse sentido, o monitoramento dos Planos Municipais de Educação vem sendo realizado, periodicamente, pelas Equipes Técnicas e Comissões Coordenadoras dos PMEs, nos municípios assistidos.

4.1.12 Rede de Assistência dos Planos de Carreira

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, ficou assegurado, por meio da Meta nº 18, a obrigatoriedade da União, estados e municípios em garantir planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública, ampliando a abrangência da Lei 11.738/2008, na qual prevê que os profissionais precisam ter suas carreiras regulamentadas, tendo como referência de vencimento inicial o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

Considerando isso, o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Rede de Assistência dos Planos de Carreira, por meio da Portaria nº 387 de 10 de maio de 2016, resultado de uma ação conjunta do entre o MEC, Consed e Undime, representada por suas seccionais.

Os trabalhos se dão por atividades de formação, junto aos gestores das redes públicas de ensino e as equipes responsáveis pelos processos de construção, revisão e implantação de planos de carreira e remuneração.

Em Santa Catarina, além das formações, que acontecem em pólos específicos para atender municípios de uma determinada região, são realizados atendimentos individuais em modo presencial e a distância.

As instruções são repassadas com base no conjunto de instrumentos e materiais de apoio do Portal Plano de Carreira, que inclui: planilhas para diagnóstico do PCR, Sistema de Apoio à Gestão do PCR (SISPCR) e cadernos orientativos.

4.1.13 Curso de Especialização em Educação na Cultura Digital

Ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED) e a Undime-SC, Curso de Especialização em Educação na Cultura Digital, tem por objetivo pensar a escola a partir do uso das tecnologias, para que se crie uma cultura digital.

No curso, educadores de escolas públicas de Santa Catarina, que ocupam as funções de: professores, gestores e formadores de Núcleos de Tecnologia Estaduais e Municipais, identificam possibilidades criativas e as exploram, para que possam vir a integrar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação aos currículos escolares.

4.1.14 ProInfo Integrado

Instituído pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado) conta com a coordenação da Undime-SC para formar profissionais, de forma a contribuir com o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação nas escolas da rede pública.

Por meio dos cursos de Introdução à Educação Digital; Redes de Aprendizagem; Elaboração de Projetos Tecnologias na Educação; e Projeto UCA; educadores nas funções de: gestores, professores, técnicos e agentes educacionais, podem agregar conhecimentos que servirão de ferramentas para administrar o uso das tecnologias no espaço escolar.

4.1.15 Curso de Extensão em Gestão Escolar

Visando a qualificação e aprimoramento das equipes gestoras das escolas públicas, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu uma Plataforma Virtual para ofertar o Curso de Extensão em Gestão Escolar na modalidade EAD, as equipes gestoras das escolas públicas.

O curso propõe atividades, organizadas por salas ambiente, que visam à elaboração de um Plano de Gestão para a escola. Em cada etapa, os cursistas vão fornecendo informações condizentes com a realidade escolar, para que dessas pequenas construções se crie um relatório final que servirá de base aos trabalhos desenvolvidos nas escolas.

O Curso de Extensão em Gestão Escolar é ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e conta com a parceria da Secretaria de Estado da Educação (SED-SC) e Undime-SC, na coordenação geral.

4.1.16 PNAIC

De forma a garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao fim do terceiro ano do Ensino Fundamental, foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC) o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a partir de um acordo formalizado pelos governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

O programa atua na oferta de cursos de formação continuada, promovidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a professores alfabetizadores e gestores. Para isso, é necessário que os municípios façam a adesão ao PNAIC, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec), sob a coordenação da Undime-SC e SED-SC.

4.1.17 Moção PNE e CAQi

A carta que defende a implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), assim como a complementação com recursos da

da União ao CAQi, foi redigida e assinada pelos representantes das Undime's: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, durante o II Seminário da Região Sul, e contou com o apoio dos participantes, conforme Moção a seguir:

> Nós, dirigentes Municipais de Educação e assessores das Secretarias Municipais de Educação dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, reunidos em Foz do Iguaçu nos dias 26 a 28 de março durante o II Seminário da Undime Região Sul, manifestamos publicamente aos deputados federais membros da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei 8035/2010 do Plano Nacional de Educação nossa preocupação diante do texto apresentado no relatório do deputado Ângelo Vanhoni. Reiteramos o pedido dos Dirigentes Municipais de Educação de todo o país no sentido de que seja assegurada a implementação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) após a aprovação do PNE. Esta medida só será possível de ser efetivada se houver a complementação com recursos financeiros da União aos Estados e Municípios que não atingirem o valor do CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) e, posteriormente, do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), conforme o estabelecido na estratégia 20.10. É importante ressaltar aos deputados federais que os desafios de ampliação de vagas, melhoria da qualidade da educação e valorização dos profissionais da educação somente serão cumpridos se houver efetivamente a participação financeira da União. A frequente insuficiência na arrecadação para a área educacional frente aos desafios já dispostos na legislação inviabiliza a concretização do disposto no próprio PNE.

O documento consta em arquivo na sede da Undime-SC, datado em 28 de março de 2014.

4.1.18 Moção CAQi x Fundeb

A Moção, abaixo, se deu na intenção de legalizar a distribuição de recursos financeiros da educação, assunto já discutido, anteriormente, pela Mesa Diretora da Undime-SC:

> Os dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina presentes na Reunião Extraordinária da Undime/SC, em 15/04/2015, na cidade de Florianópolis, aprovaram Moção a favor criação de Lei, que normatize uma distribuição mais justa de recursos financeiros da educação para estados e municípios, considerando o custo de cada aluno (educação infantil, ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais e ensino médio) e baseado no Custo Aluno Qualidade Inicial de cada segmento. Essa Moção transformando-se em Lei, é imperativo que em seu corpo esteja expresso que os recursos financeiros advindos, sejam distribuídos aos municípios e aos estados, de forma similar como é realizada pelo Fundeb. Para tanto, sugerem a criação de uma comissão representativa da Undime/SC, para expor detalhes desta Moção no Fórum Parlamentar de SC, em Brasília e, concomitantemente enviá-la para Undime Nacional, para análise e, se for aprovada, encaminhá-la para Fórum Parlamentar Nacional e Comissão Educação Câmara Federal, para viabilizar a apresentação de um Projeto de Lei para ser ingressado e apreciado no Congresso Nacional.Os Secretários Municipais de Educação de SC consideram a aprovação dessa Moção muito importante e, para tal, solicitam o empenho de todos educadores bem como suas representações em favor deste Projeto de Lei, que é de suma importância para os municípios e para educação Brasileira.

O texto acima foi constituído em conjunto com os dirigentes Municipais de Educação do Estado, durante o XV Fórum Ordinário da Undime-SC, na Capital. O presente documento foi assinado pela presidente Astrit Maria Savaris Tozzo, em 29 de março de 2014, assim como as duas Moções apresentadas abaixo.

4.1.19 Moção para Criação de Grupo de Trabalho

Trata-se de um documento, formalizado pela Undime-SC, no qual reivindicam a criação de um grupo de trabalho para atuar na aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal x Fundeb:

> Os dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina reunidos durante a Reunião Extraordinária da Undime/SC, em 15/04/2015, em Florianópolis, aprovaram moção a favor criação de Grupo de Trabalho para propor alternativa(s) (na Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal x Fundeb de Forma Diferenciada), para pagamento dos Profissionais de Educação. Para tanto, sugerem ao MEC que convide as instituições responsáveis (Undime, CONSED, CNTE, Comissão de Educação da Câmara e do Senado Federal, etc.) com o intuito de estudarem alternativa(s) que viabilizem aumentos salariais para os profissionais da educação, utilizando recursos financeiros do Fundeb e outros recursos públicos, dentro de um limite prudencial, independente dos balizamentos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Os dirigentes Municipais de SC reconhecem que, com a alteração dessas restrições, acarretará na melhoria na remuneração dos docentes e na qualidade da educação, atenuando as preocupações das administrações municipais quanto à aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Reconhecem que a valorização dos profissionais da educação é um dos fundamentos do Plano Nacional de Educação e indispensável à melhoria da educação com qualidade social, promovendo o desenvolvimento sustentável da nação.

A Moção, acima, consta nos arquivos da Undime-SC, datada em 29 de março de 2014.

4.1.20 Moção pela Manutenção do PNE

Ainda, no XV Fórum Ordinário da Undime-SC aprovou-se a Moção pela manutenção do Plano Nacional de Educação (PNE):

Os dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina, que participaram da Reunião Ordinária realizada no XV Fórum da UNDIME/SC, nos dias 28 e 29 de abril de 2015, na cidade de Florianópolis, manifestaram-se favoráveis à manutenção do Plano Nacional de Educação, em detrimento à tentativa precoce de universalização das vagas no ensino infantil. Apesar de previstos nos artigos 6º, 205 e 206 da Constituição Federal de 1988, o direito social a educação (além dos direitos a saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados entre outros previstos na Carta Magna) não deve ser tratado de forma alheia e isolada. A própria Constituição Federal de 1988, que no artigo 211, §2º dita que: "Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, prevê em seu artigo 214 que: "A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto." Grifo nosso. No mesmo caminho, a Lei Federal nº 9.394, de 20 de novembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 9º dispõe que: "A União incumbir-se-á de: I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios". Após longos e profundos debates, foi sancionada a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), o segundo PNE aprovado por lei. Na redação dada pelo constituinte, o art. 214 da Carta Magna previu a implantação legal do Plano Nacional de Educação, sendo, contudo, alterado pela Emenda Constitucional nº 59/2009 que estabeleceu sua duração como decenal e aperfeiçoou seu objetivo: "articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas das diferentes esferas federativas. Estas são as ações que deverão conduzir os propósitos expressos nos incisos do art. 214 da Constituição, com prazo de vigência de 2014 a 2024. Dentre as metas da Lei nº 13.005/2014, a Meta 1 do Plano Nacional de Educação é: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE. Posto isto, os municípios brasileiros são responsáveis pela educação infantil, e vêm priorizando este grau educacional, tanto é que estes últimos 5 (cinco) anos avançaram tanto na pré-escola. Dados do SIMEC contabilizam que o Estado de Santa Catarina atende 84% da população de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, como na Creche, em que atende 38,5% (trinta e oito vírgula cinco) da população de 0 (zero) a 3 (três) anos. Como visto, a partir da meta 1 do PNE, a partir de 2016, deverá ser universalizada a pré-escola. Os dados da organização Todos pela Educação dão conta que haverá necessidade de serem matriculados cerca de 700.000 (setecentas mil) crianças que ainda estão fora da Escola, que ao considerar o valor do Fundeb para o Estado de Santa Catarina com cerca de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por ano, implica em um investimento total de mais de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) por ano, que deverá ser despendido com o atendimento dessa demanda. As metas fixadas para as creches exigirá a ampliação de atendimento até 2024 de mais de 2.500.000 (dois milhões e meio) de crianças, ao custo de R$ 8.750.000.000,00 (oito bilhões e setecentos e cinqüenta milhões de reais) por ano. Em que pese as metas do Plano Nacional de Educação, as Prefeituras estão recebendo diariamente um grande volume de ações judiciais individuais e coletivas, e ações civis públicas, determinando a absorção imediata de crianças e, em alguns casos, a universalização do atendimento de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, meta sequer prevista para 2024, reconhecendo a impossibilidade do país atender a todas as crianças. Estas ações comprometem a credibilidade do Plano Nacional de Educação. Diante do exposto, sugerimos que a UNDIME Nacional solicite ao Sr. Ministro da Educação a manifestação da Advocacia Geral da União sobre a prevalência da Meta 1 do Plano Nacional da Educação, subsidiando as Procuradorias Jurídicas das Prefeituras Municipais na defesa das demandas judiciais e levando-a, dentro da devida possibilidade, à apreciação do Supremo Tribunal Federal, através de intervenção como Amicus Curiae em ação judicial que esteja tramitando naquela Suprema Corte. Sugerimos também que o assunto seja levado a discussão com o Ministério Público Estadual, a Secretaria Estadual de Educação e a Bancada Federal de Santa Catarina. Se, entretanto, prevalecer a tese da universalização também da educação de 0 (zero) a 3 (três) anos, pleiteia-se que o Governo Federal garanta os recursos adicionais às Prefeituras Municipais para que a meta possa ser alcançada. Os dirigentes Municipais de Educação de SC pensam que, visando atender ao Plano Nacional, as metas lá estabelecidas garantem a qualidade de ensino e educação, devendo ser observadas e respeitadas conforme o estabelecido.

O documento acima, assim como as demais Moções, está disponível no portal eletrônico da Undime-SC para registro de ações, datado em 29 de março de 2014.

4.1.21 Base Nacional Comum Curricular

Durante todo o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), proposta pelo Ministério da Educação (MEC), as seccionais da Undime estiveram engajadas, juntamente com as Secretarias de Estado, atuando em território nacional, para que a comunidade escolar participasse, ativamente, e pudesse dar suas contribuições ao documento final, que irá nortear os currículos das redes de ensino de todo país.

Em Santa Catarina, houve uma forte movimentação com encontros, fóruns e seminários, estabelecendo-se grupos de estudo e comissões estaduais/regionais, para aprofundar as discussões e fazer os apontamentos necessários. Os 295 municípios estiveram envolvidos nas ações e chamadas públicas, fornecendo subsídios a serem incorporados à Base.

A BNCC vem ao encontro do que prevê o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, o qual faz menção a uma chamada pública com a participação – em massa – da população, para validar uma Base Nacional Comum Curricular no prazo de dois anos. Para o ministro da educação José Mendonça Filho, o cronograma inicial para a entrega do relatório não é a prioridade no processo de conclusão. Ter uma Base apropriada a compatibilidade do Brasil e com parâmetros internacionais requer tempo e atenção, para que não acabe numa posição de inferioridade.

A proposta é unificar a educação brasileira, para que os educadores possam transmitir o conhecimento num mesmo patamar de qualificação.

"Estamos buscando, através dos seminários, a participação de professores, acadêmicos e pesquisadores, para uma boa definição de currículo e de uma base curricular que possa colocar o Brasil em igualdade de condições com as principais nações do mundo", completa o ministro.

Com a aprovação, cabe as Undime's e Secretarias de Estado atuarem, de forma efetiva, para a implementação nos Estados.

4.1.22 Outras parcerias

A Undime-SC vem atuando com diversas empresas públicas e privadas voltadas para a educação, no intuito de levar a conhecimento dos dirigentes municipais de educação o que há de mais moderno, inovador no mercado.

Em paralelo a isso, atua em rede com instituições, fundações e entidades do poder público, de forma a contribuir na formulação e acompanhamento de políticas educacionais. Essa parceria se estende, ainda, a promoção de programas, projetos e ações, tais como: Mais educação; PAR; Transporte Escolar; Prestação de Contas; Alimentação Escolar; Movimento Santa Catarina pela Educação; Grupo de Trabalho do Transporte Escolar (FECAM/SED/UNDIME-SC); Prêmios (Gestão Escolar, Educador Nota 10, Criativos da Escola, Melhores Receitas da Alimentação Escolar, Nacional de Educação Fiscal, Professores do Brasil, Olimpíada Brasileira de Matemática); entre outros. Além de contar com representação no Fundeb; FEE/SC; BNCC; PARFOR; e no Conselho Estadual de Educação (CEE), que reconheceu e prestou homenagem, em seus 50 anos, ao trabalho da Undime-SC em prol da educação pública catarinense.

5 VOZ DOS PRESIDENTES



Balduino Raulino

Jaraguá do Sul
Presidente em 1987/1989

"A Undime me surgiu no contexto de efervescência democrática. O desejo de participação das bases educacionais facilitou o surgimento do movimento, que logo contou com o aval de grupos políticos engajados na proposta de saída da ditadura, através da elaboração de uma Constituição que reposicionasse o lugar da cidadania no contexto político nacional.

A euforia latente por um novo foco na educação, não eliminou as dificuldades próprias de um movimento que agrupava diferentes posições políticas. Entretanto, a ideia-força da educação como estrutura fundamental de uma sociedade democrática que quer desenvolver-se econômica e politicamente, afastava as diferenças ideológicas e o movimento então se consolida.

O desenvolvimento, no Estado de Santa Catarina, avançou a partir da minha participação no encontro de 1987, da Undime em Brasília, ocasião em que me integrei à Executiva Nacional. Essa participação legitimou-me como representante para a instalação da Undime no Estado e abriu as portas para o diálogo com os secretários Municipais de Educação. Algumas propostas começam a ser articuladas, como a municipalização do ensino que se inicia em São Miguel do Oeste e, logo em seguida, em Jaraguá do Sul.

A presença da Undime foi fundamental para o fortalecimento e consolidação dos Congressos Estaduais de Educação realizados, anualmente, onde aconteciam a riqueza de trocas de experiências em cada município.

A consciência histórica da importância do momento que vivemos, muitas vezes, só nos vem através dos tempos. Hoje, tenho orgulho da história ter-me dado a oportunidade de agrupar pessoas da área de Educação, interessadas na construção de uma sociedade que oferecesse condições iguais de desenvolvimento a todas as pessoas e as tornassem, através da educação, cidadãs conscientes de seus direitos e deveres.

Quero externar meus profundos agradecimentos a todos quantos se uniram na empreitada, a fim de tornar a educação fator fundamental à sociedade brasileira, bem como à Undime, realidade viva e dinâmica há 30 anos."

"Enquanto exerci o cargo de presidente da Undime-SC, tive a satisfação de acompanhar um grande momento da Educação Municipal do Estado de Santa Catarina. Foi um período no qual houve a municipalização da Educação, da Merenda Escolar, de grandes seminários que tratavam de assuntos relacionados à qualidade de ensino. Deu-se o fortalecimento da participação das Associações de Pais e Mestres no processo educativo. Muito dos municípios implantaram o Plano de Carreira para os funcionários da Educação.

Representamos os educadores de Santa Catarina participando da Diretoria Nacional da Undime, tendo a oportunidade de negociar Centros de Atendimentos em Período Integral (CAIC), na qual alguns municípios foram contemplados, inclusive Jaraguá do Sul.

Houve uma aproximação muito forte com a Rede Estadual da Educação e nos municípios foram implantados os Conselhos Municipais da Educação com a orientação do Conselho Estadual, da Secretaria Estadual de Educação, das Universidades e entidades dos municípios.

Muitos dos municípios assumiram as creches, com atendimento as crianças a partir do quarto mês de vida.

Uma grande conquista foi ver que independente de partidos políticos, os secretários estavam empenhados em fazer o melhor pela Educação de seus municípios e assim continuou. Hoje percebemos que muitos avanços se deram e, Santa Catarina destaca-se no atendimento e qualidade de ensino no universo nacional."



Rosemeire Puccini Vasel

Jaraguá do Sul
Presidente em 1989



Maria Elizabeth Bittencourt

Itajaí

Presidente em 1989/1991

"Ao assumir o cargo de presidente da Undime-SC, com uma diretoria composta por dirigentes Municipais comprometidos, o objetivo era articular, mobilizar e integrar os dirigentes Municipais de Educação em defesa do fortalecimento da autonomia da gestão pública.
Momento de grande desfio, uma vez que a maioria dos municípios não tinham suas secretarias estruturadas.
Uma aproximação muito forte se deu entre os dirigentes Municipais, empenhados com a qualidade do ensino público.
Lutamos muito pela valorização da escola e sua autonomia, descentralização dos recursos do Salário Educação, Merenda Escolar, Transporte Escolar, por uma parceria efetiva com a Rede Estadual de Ensino e pela municipalização do Ensino Fundamental.
Os seminários, encontros, reuniões, contribuíam para uma melhor atuação dos dirigentes Municipais, mas o mais importante foi presenciar o comprometimento de todos em fazer educação pública de qualidade.
"Os tempos mudam e com eles devem mudar a educação"."



Dinorah Krieger Gonçalves

Blumenau

Presidente em 1991/1993

"Em 1989, inicia-se um período marcado por muito trabalho na esfera da educação municipal, em virtude das mudanças trazidas pela Constituição de 1988. Havia necessidade de se adequar aos preceitos constitucionais toda a dinâmica que envolve a educação nos municípios. E, nesse sentido, foi fundamental a atuação da Undime, para orientar e esclarecer os dirigentes Municipais de Educação que assumiram no período de 1989 a 1992.
Por meio de reuniões periódicas com a Direção Estadual da Undime, recebíamos informações relevantes, tanto sobre financiamento da educação como sobre muitos outros aspectos da atividade das Secretarias Municipais. Essas orientações eram, em seguida, repassadas aos representantes das microrregiões de nosso Estado, que se encarregavam de levá-las aos municípios componentes de suas microrregiões.
Vale lembrar a inexistência, naquela época, dos meios de comunicação atuais, como a internet. Dessa forma, encontros em Brasília (III Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, julho de 1989), em Florianópolis (com a Diretoria Estadual) e em municípios de nosso Estado (VI Congresso Estadual de Educação Municipal, junho de 1989, em Chapecó), foram essenciais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade em Santa Catarina, cujos resultados ainda perduram.
Cabe salientar o Encontro de Capacitação para os dirigentes Municipais de Educação do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocorrido em Blumenau, em agosto de 1990 (Ano Internacional da Alfabetização), que abordou temas significativos para aquele momento histórico da educação brasileira. Esse evento resultou na Carta de Blumenau, com propostas inovadoras, como a elaboração de um Programa Nacional de Alfabetização por uma Comissão Paritária MEC/CONSED/UNDIME; a fixação do piso salarial para o magistério; a garantia da aplicação dos recursos previstos na Constituição; o repasse criterioso dos recursos do salário-educação; prioridade na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, entre outros significativos aspectos relacionados à Educação, discutidos no encontro.
Participar da Undime e presidir essa instituição por uma gestão foi de fundamental importância para meu desempenho como secretária Municipal de Educação de Blumenau. Nos informes, reuniões, congressos, encontros e capacitações foram discutidos e divulgados assuntos pertinentes à Educação, como didática, legislação, administração das Secretarias Municipais, trazendo para os dirigentes Municipais segurança e competência para o bom desempenho de suas funções."



Maurici Nascimento

Blumenau
Presidente em 1993/1994

"Em janeiro de 1993, ao assumir a Secretaria Municipal de Educação de Blumenau passei a responder pela presidência da Undime-SC. A transição foi em Itajaí, local da Secretaria Geral da entidade. Coube-nos algumas modificações na estrutura e no funcionamento da UNDIME/SC, ampliando o tempo/espaço para reuniões, congregando o maior número de secretários e descentralizando os locais das reuniões. Procuramos abrir um canal de comunicação com a Secretaria de Estado da Educação e com a Delegacia do MEC em Santa Catarina. Fato importante que propiciou ação conjunta de iniciativas e, quando possível, unificou o discurso de nossas reinvindicações.
Entre 1993-1994, ocorreu a Conferência Nacional de Educação que elaborou o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). A Undime Nacional e as Estaduais tiveram importantes participações. No período de 03 a 05 de agosto de 1994, Blumenau (única cidade não capital) sediou uma etapa da Conferência: "Simpósio Nacional de Atenção Integral à Criança e Adolescente", encerrado pelo Sr. ministro da Educação e do Desporto, prof. Murilo de Avellar Hingel. Alguns debates durante a Conferência foram extremamente importantes, como por exemplo, o Regime de Cooperação União-Estados-Municípios-Distrito Federal; "temática de resolução complexa, porém de alta relevância", visando "construir dentro do princípio de equidade, uma escola pública de boa qualidade para todos". Tema que permanece atual e de difícil equalização.
Ao fim do mandato, transmiti a presidência para o prof. Osny Rosenbrock, secretário Municipal de Educação de Itajaí. Esteve, novamente, presente o Sr. ministro da Educação.
Finalmente, tendo voltado a Secretaria Municipal de Educação em 2007, tive a honra de ocupar a vice-presidência da Undime-SC, em parte da gestão do prof. dr. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz."

Osny Rosenbrock

Itajaí
Presidente em 1994/1995



José Carlos Machado

Blumenau
Presidente em 1995

"Inquietação. Poucas palavras exprimem tão bem quanto essa o sentimento da Undime ao longo dos últimos anos. Uma constante inquietação que resultou na melhoria da qualidade de ensino e no aproveitamento das oportunidades desde que conferisse, ao sistema educacional municipal, um crescimento potencial e real em todas as suas dimensões.
Nessa aura de inquietação, buscamos no período em que estive à frente da Undime como responsável maior, incentivar a procura pelo novo, pela qualificação dos professores e pela consolidação dos planos de cargos e salários, até então, ainda, meio obscuros em algumas unidades de nosso Estado.
Foi um período de desafio, pois batia às portas de nossas escolas a modernização do ensino, com a implantação de laboratório de informática e a necessidade de fornecer aos alunos material didático, uniforme e merenda de qualidade.
A busca por recursos financeiros externos, junto aos Governos Estadual e Federal, foi sempre tônica de nossa luta, uma vez que os municípios careciam de recursos financeiros suficientes para manter um ensino de qualidade. Também, aceitando o desafio, ocupei o cargo de secretário Geral da Undime Nacional, por entender ser uma oportunidade para podermos levar os projetos educacionais à frente.
Todo o trabalho realizado só foi possível graças à competente equipe que esteve comigo a frente da UNIDIME, ademais "desafios são ótimos, pois nos forçam a superar nossos próprios limites"."



Solange Sprandel da Silva

Concórdia
Presidente em 1995/1999

"Em novembro de 1995 a Undime-SC se organiza e realiza o primeiro planejamento estratégico da entidade, com objetivo de identificar e planejar as ações da Diretoria, diante dos desafios do cenário brasileiro e catarinense, visando a consolidação da UNDIME como entidade representativa da educação municipal, através da intervenção na conjuntura educacional e de organização interna (credibilidade e viabilidade financeira) e representação na Undime Nacional. Em cena a luta pela descentralização da quota municipal do salário educação pela Estado, com descentralização automática dos recursos.

O ano de 1996 foi destinado a novas parcerias com a SED para o ano de 1997, sendo então disponibilizado pelo Estado 30% das vagas gratuitas a professores para o Magistério, no programa de formação e professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental, convênio Transporte Escolar – a maior dificuldade dos municípios – e a informatização das Secretarias Municipais de Educação, pelo Projeto Serie em Nível Nacional. A Undime-SC consegue eleger representante na Undime Nacional.

Com a aprovação da LDB, a Undime-SC, em 1997, desencadeia o processo de formação de dirigentes Municipais de Educação sobre a nova LDB e suas bases axiológicas. Em foco, o desafio de reorganizar a Educação Infantil para um trabalho educativo, integrando um nível de educação escolar. A necessidade de organizar o Sistema Municipal de Ensino e o Conselho Municipal de Educação para a autonomia municipal.

A Undime-SC, em 1988, desencadeia o Programa de Capacitação e Promoção dos Direitos Humanos na Sociedade Catarinense. Dez ações foram desenvolvidas com o objetivo de sensibilizar a comunidade, fomentando a pesquisa e a arte como forma de criação e consolidação dos direitos humanos na área estudantil. A população alvo foi de aproximadamente 300 mil alunos e 20 mil professores, distribuídos nos 293 municípios participantes.

Com a aprovação da Lei nº 10.723/98, sobre a distribuição da quota estadual do salário educação, Santa Catarina passa a ser o primeiro estado brasileiro a aprovar lei especifica sobre o tema. Entretanto, sem repasse aos municípios. Somente em 1999, os novos gestores da SED passam a depositar os valores pertinentes as quotas do salário educação – custo aluno de R$ 50,00 (cinquenta reais).

A Undime-SC, pela dedicação dos secretários Municipais de Educação do período de 1995 a 1999, atingiu as metas de filiações e pagamento de anuidade que chegou a 75%; de criação de Sistemas Municipais de Ensino e Conselhos Municipais de Educação em 60%; do repasse do Salário Educação e a parceria com a SED, no que se referia ao Transporte Escolar e Programas de Capacitação.

Muito Obrigada aqueles que acreditam na Educação e na força desta organização."



Isaura Maria da Luz Silveira

Jaraguá do Sul
Presidente em 1999/2001

"Entre 1999 e 2001 participamos da vida pública como presidente da Undime-SC, quando estávamos à frente da Secretaria de Educação do Município de Jaraguá do Sul, durante a gestão do prefeito Geraldo Werninghaus. Jaraguá surfava em índices socioeconômicos encantadores, revelados pela excelência do IDH. Nessa boa onda, demos nossa contribuição à frente da Undime, procurando consolidar a integração com entidades públicas e privadas, com o fim de atingir o aluno em sala de aula.

Sem trégua, valorizamos a capacitação dos personagens envolvidos na missão de educar. Destacamos: a) Intercâmbios entre os Estados de Santa Catarina e Ceará, com trocas de experiências já consolidadas; b) Implantação de Núcleos de Tecnologia Educacional e do Curso de Especialização em Informática; c) Criação do Grupo de Formadores de Educação Infantil e Ensino Fundamental; e d) Elaboração da proposta pedagógica para a Educação Infantil em Jaraguá, que serviu de exemplo para outros municípios.

Datam deste mandato, a Medalha Anísio Teixeira, pelo desenvolvimento da educação nos municípios de Jaraguá e Concórdia, bem como o Prêmio Qualidade na Educação Infantil, decorrente do Projeto "Descobrindo Vincent Van Gogh". Essas reminiscências foram escritas com o envolvimento de lideranças comprometidas com a qualidade da educação. Desta forma, dividimos as conquistas com as pessoas e instituições que contracenaram conosco naqueles anos idos."

José Zancanaro

Brusque
Presidente em 2001/2003



Almir Kuehn

Indaial
Presidente em 2003/2005

"Durante o período dos anos de 2001 ao ano de 2008 estando na função de dirigente Municipal de Educação de Indaial, sempre tive atuação junto a União dos Dirigentes Municipais de Educação. Na eleição da nova diretoria para o biênio 2003/2005 no município de Brusque, com grande apoio de dirigentes Municipais de todas as regiões de Santa Catarina, fui eleito presidente da Undime-SC tendo como vice-presidente o dirigente Municipal de Caçador, Nelson Molinski Moreira Santos.
A atuação como presidente foi marcada pelo esforço na articulação dos dirigentes Municipais em torno da entidade, objetivando maior participação dos municípios junto a Undime. Na ocasião foram realizadas reuniões de articulações em todas as regiões do estado, sensibilizando os dirigentes a participarem dos movimentos da Undime.
Algumas discussões marcaram a gestão 2003/2005 da Undime como a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, o Transporte Escolar, o acompanhamento das discussões do Estado em relação ao projeto de municipalização apresentado pelo Governo do Estado na época, forte atuação no Fórum Catarinense da Educação Infantil, no Fórum da Educação de Jovens e Adultos, bem como atuação e acompanhamento no Fórum Nacional de Educação Infantil e nos debates do Plano Nacional de Educação.
Ao finalizar o mandato de presidente da Undime-SC fui eleito, em 2005, no Fórum Nacional da Undime, em Brasília, presidente da entidade na Região Sul, atuando no Biênio 2005/2007. Nesse período, estive na diretoria da Undime-SC como vice-presidente da entidade."

Nelson Molinski Moreira Santos

Brusque
Presidente em 2001/2003



Itamar Favero

Caçador
Presidente em 2005/2007
2007/2008

"Os anos de 2005 a 2008 foram anos de intensas atividades na Undime-SC. Ampliamos a comunicação com os associados, criando um site próprio. Intensificamos os contatos e esclarecimentos quanto a importância da Undime como entidade representativa dos interesses, necessidades e dificuldades na efetivação de uma educação de qualidade nas redes municipais. Com isso, aumentamos o número de associados. Conseguimos melhorar a estrutura física e econômica, possibilitando a contratação de uma secretária própria e também uma assessora que, juntamente com o presidente, se fizeram presentes em todas as associações de municípios do estado, articulando e prestando assessoria e repasses quanto às políticas públicas referentes à educação escolar, como a implantação do ensino de nove anos, o grande dilema do não atendimento de toda demanda em creches e, em consequência, a implacável cobrança do ministério público. Foram anos de muito trabalho e aprendizados. Agradeço a todos que fizeram parte dessa jornada e desejo muito sucesso aos que continuam nesta luta. A Educação é responsabilidade de todos."



Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

Florianópolis
Presidente em
2008 – 2009/2011
2011/2013 – 2016/2017

"Durante quase doze anos como secretário Municipal de Educação Florianópolis, tive a honra de exercer a Presidência da Undime de Santa Catarina (2008 a 2013 e 2016 a 2017), além de ter sido vice-presidente, na gestão de Itamar Fávero, sucedendo-o em 15/08/2008, quando deixou a Secretaria de Educação de Caçador. Também fui secretário de Finanças (2013 a 2016). Em 2016 eleito novamente a presidência da Undime-SC com a renúncia da presidente Astrit Maria Savaris Tozzo, secretária de Educação de Chapecó, por ter se afastado antecipadamente para concorrer a cargo eletivo. Exerci a Presidência da Região Sul, e a Secretaria de Comunicação da Undime Nacional. A participação nas atividades da Undime, seja estadual ou nacional, contribuiu para o fortalecimento da gestão municipal.

A fundação da Undime nacional, em 1986, e a catarinense, em 1987, decorreram de inúmeros encontros e reuniões de dirigentes Municipais, que sabiam da necessidade do fortalecimento da educação municipal que vinha se expandindo, preenchendo as lacunas das redes estaduais, sem que houvesse o reconhecimento tanto no âmbito estadual, como nacional. A presença da Undime nos debates da Assembleia Nacional Constituinte contribuiu para a inserção da autonomia dos municípios, com a possibilidade da criação dos TEt. Ela tem a missão de "articular, mobilizar e integrar os dirigentes Municipais de Educação na construção e na defesa da educação pública com qualidade social", como afirma o seu estatuto.

O crescimento da presença da educação municipal na oferta educacional não decorreu apenas da expansão das redes de Ensino Fundamental e da Educação Infantil, mas também pela ampliação do período letivo de 180 dias para 200 dias determinado pela LDB de 1996, como pelo acréscimo de mais um ano, passando o Ensino Fundamental de oito para nove anos obrigatórios, a partir de 2007 com prazo para conclusão até 2010. A Undime articulou com o Estado e os municípios para que houvesse integração de ações na implantação desta ampliação, evitando prejuízos para os alunos, principalmente quando transferidos de redes de ensino. Também realizou encontros e seminários para o aprofundamento da matéria, assessorando os municípios na sua implantação. A orientação da Undime em iniciar a implantação do no sistema logo no início do prazo, estimulando que o Estado adotasse a mesma decisão, contribuiu para a integração dos sistemas.

A municipalização da rede estadual de ensino cresceu significativamente com a criação do FUNDEF em 1996, na nossa gestão o assunto voltou à pauta de preocupações com remessa à Assembleia Legislativa de dois projetos de lei municipalizando, compulsoriamente, as escolas de Ensino Fundamental e as de Educação Infantil da rede estadual. As poucas unidades de Educação Infantil foram transferidas para os municípios, mediante convênios que auxiliaram na absorção das unidades educativas. As turmas de pré-escola foram extintas nas escolas estaduais, entretanto, o PL 14/2009 foi arquivado pelo governo, devido à articulação da Undime com a FECAM, rechaçando a proposta governamental. A ação firme da Undime impediu um processo atabalhoado de municipalização. No atual governo a municipalização vem ocorrendo de forma negociada e individualizada com cada município.

A ação da Undime, integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e inúmeras outras entidade educacionais, no Congresso Nacional possibilitou a extinção em 2009 da emenda constitucional que instituiu a Desvinculação das Receitas Tributárias – DRU que suspendeu a vinculação orçamentária para a educação, tão necessária para garantir os investimentos na área. Infelizmente os desequilíbrios das contas públicas provocaram nova supressão da vinculação com o congelamento dos orçamentos públicos a partir de 2018. Esta medida certamente compromete as metas do atual Plano Nacional de Educação - PNE com vigência até 2024.

O PNE entrou em vigor em 2014. O processo foi democratizado com a realização de conferências municipais, regionais e estaduais, realizadas com a participação das seccionais da Undime, Estados e Municípios que promoveram a participação de professores, técnicos, alunos, pais e dirigentes. Em suas 20 metas, o PNE fixa inúmeros desafios aos municípios, notadamente a expansão da Educação Infantil, a ampliação do tempo integral, formação de professores, equiparação de vencimentos a outras carreiras, entre outras obrigações.

O Plano prevê, finalmente, a implantação do Custo Aluno Qualidade - CAQ como referência para as escolas de Educação Básica. O crescimento da oferta educacional e sua qualificação em todos os níveis educacionais exigem a ampliação do financiamento para 10% do PIB, como foi aprovado no Plano, após intensa mobilização dos educadores.

A Educação Infantil que é a meta 1 do PNE foi o enfoque prioritário da atuação da Undime nos seus seminários, fóruns, reuniões em decorrência da falta de vagas em creches e pré-escolas, com constantes reivindicações e inclusive, ações judiciais determinando o acolhimento de crianças sem condições por parte dos municípios que não contam com infraestrutura e pessoal suficientes, por isso o PNE fixou metas até 2024, permitindo com prioridade e investimentos atender a demanda. O MEC criou um programa de construção de 12.000 creches, parte delas pré-moldadas, mas dado o território continental do país, o programa não conseguiu ser concretizado, atrasando ainda mais a ampliação da oferta. Mesmo assim Santa Catarina praticamente alcançou as metas do Plano, chegando em 2014 com 49% de atendimento nas creches e 89,9% na pré-escola, segundo dados do INEP.

O Transporte Escolar foi tema recorrente. Os municípios assumem o Transporte Escolar dos alunos das escolas estaduais e para isso o Estado repassa verba que não é suficiente para cobrir as despesas. A atuação da Undime e da FECAM, com o esforço do Estado, conseguiram ampliar os valores. Mesmo assim é um dos assuntos em debate permanente com o Estado, no qual é indispensável ampliar o regime de colaboração com a União, para aumentar a sua participação.

O MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação –PDE, priorizando os municípios com menor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, sem, entretanto, deixar de destinar recursos aos outros municípios desde que elaborassem o Plano de Ações Articuladas – PAR. A obrigatoriedade da realização da Prova Brasil, que a aliada aos índices de aprovação das turmas escolares para todos os alunos do Ensino Fundamental e Médio, serviu de suporte para a implantação do IDEB que tornou-se a avaliação principal da Educação Básica.

A implantação do Piso Salarial Nacional e a Hora-Atividade para o magistério exigiu, não só um esforço orçamentário, extraordinário, dos municípios como muita assistência técnica para a readequação das carreiras. A valorização do magistério com a implantação do piso nacional provocou grandes debates sobre a capacidade do poder público poder arcar com as despesas decorrentes. Alguns Estados impetraram uma ação direta de inconstitucionalidade, finalmente não aceita pelo STF.

A transformação do FUNDEF em FUNDEB teve a participação intensa da Undime para a inclusão das creches no financiamento do Fundo, durante a tramitação no Congresso Nacional. A mobilização das mães, levando ao Congresso Nacional as criancinhas com fraldas pintadas, ajudou muito a absorção da Educação Infantil da 0 a 3 anos no FUNDEB. A Undime, CONSED e MEC definem anualmente os percentuais que compõem o FUNDEB, e temos tido sucesso na valorização da Educação Infantil, ampliando sua participação no fundo, correspondendo ao seu custo que é superior aos demais níveis da Educação Básica.

Reassumimos a Presidência da Undime-SC em março de 2016, em pleno debate da implementação das metas do Plano Nacional de Educação, com a boa notícia de que todos os municípios de Santa Catarina aprovaram os seus Planos Municipais. Cabe monitorá-los para que eles avancem no cumprimento de suas metas, em um momento de grave crise política e econômica que pode comprometer a sua execução em curto prazo. No âmbito nacional os prazos previstos no PNE pedem a aprovação do Sistema Nacional de Educação, da Base Nacional Curricular Comum, da Lei de Responsabilidade Educacional, da carreira dos profissionais da educação, da definição do Custo Aluno Qualidade Inicial CAQi, da gestão democrática escolar, entre outros pontos.

São muitas as obrigações que recaem sobre os municípios, como a obrigatoriedade da inclusão de todas as crianças na pré-escola a partir de 2016 e a crescente demanda de vagas em creches, superando as metas do próprio PNE. Se não bastasse a ampliação de encargos, o mais grave foi o congelamento dos orçamentos público por 20 anos, desconsiderando a imprescindibilidade de ampliar a oferta educacional pública da Educação Infantil e Média, bem como a ampliação do tempo integral.

A Undime-SC continuará cumprindo seu papel de articuladora das ações institucionais de promoção e defesa da educação municipalista, congregando os dirigentes Municipais neste desiderato. Para tanto devemos estar unidos e muito participativos em defesa da educação de qualidade e acessível a todos. ”



Osmar Matiola

Blumenau
Presidente em 2012

"Nos últimos anos a Educação Pública Municipal assumiu papel de destaque no cenário educacional catarinense, graças a liderança da Undime estadual nesse processo.
Atualmente, os sistemas municipais de educação são responsáveis pela maior parte das matrículas na Educação Básica do Estado e lideram as estatísticas de qualidade da educação, aferidas pelo INEP/MEC. Nesse contexto, destacam-se a mobilização em favor da ampliação dos recursos do FUNDEB, para todas as etapas da Educação Infantil, o Regime de Colaboração para o atendimento do Ensino Fundamental, a elaboração dos Planos Municipais de Educação em todos os municípios catarinenses e os diversos eventos que promoveram a formação de milhares de dirigentes e técnicos das Secretarias Municipais de Educação.
Parabéns Undime/SC pelos trinta anos de história."

"Ter sido eleita para representar cada dirigente Municipal de Educação do Estado de Santa Catarina foi um grande desafio na minha carreira como educadora. Defender os interesses e a qualidade da educação municipal, assegurando que as políticas públicas fossem legalmente cumpridas, foi a principal bandeira durante minha gestão.
Fortalecemos o trabalho das Secretarias Municipais de Educação, no que diz respeito à, capacitações, debates, palestra e informativos; trocamos experiências, conhecimentos e informações, fortalecendo a gestão e fomentando assim, o propósito de mudança social que somente a educação torna possível.
Dentre as diferentes questões que permeiam o ensino público, não podemos esquecer que a educação é responsabilidade de todos e essa tarefa envolve desenhar e implementar iniciativas que, efetivamente, garantam aos estudantes um desenvolvimento pleno, na perspectiva de uma educação integral para o século XXI.
Parabéns a UNDIME – SC pelos 30 anos de atuação em prol da educação municipal catarinense, aos idealizadores, professores, funcionários e todos aqueles que já fizeram parte e que fazem parte da entidade nos dias de hoje, por toda trajetória e conquistas.
Um forte abraço a todos!"



Astrit Maria Savaris Tozzo

Chapecó
Presidente em 2013/2015
2015/2016



Plauto Nercy Camargo Mendes

Rio dos Cedros
Presidente em 2016

"Foi para mim uma honra poder participar da direção da Undime-SC e, assim, poder contribuir para o fortalecimento e qualificação da gestão da educação municipal.
Neste período, o qual ocupei a presidência da Undime-SC, enfrentamos diversos desafios, entre eles a instabilidade política econômica em nosso país, com a acentuada queda de arrecadação, prejudicando o investimento dos municípios, e as consequentes limitações legais.
Assistimos a uma constante troca de ministros da Educação, que prejudicavam a construção e execução de políticas educacionais vigentes, o que provocava atrasos de repasses. Desta forma destaco a atuação da Undime-SC, que assumiu a liderança no diálogo com os entes federais e estadual, lutando pelos direitos dos nossos municípios, os quais posso destacar o Transporte Escolar e o Financiamento da Educação.
A Undime-SC foi parte do grupo de entidades que lutaram contra a aprovação das PEC 87/2015, que diminuía a parcela de investimento em Educação, e participou, ativamente, de todo o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no qual os dirigentes municipais tiveram destaque com suas contribuições.
No apoio técnico aos dirigentes, mantivemos um canal aberto oferecendo assessoria em legislação e orçamento, e conseguimos atuar com proximidade.
Não poderia deixar de citar a equipe da executiva da Undime-SC, Luana Costa de Córdova, Bruna Carvalho Madeira e José Emanuel B. de Andrade, pela dedicação em prol da Educação de Santa Catarina. Também não poderia deixar de mencionar meu mestre prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, cuja sua sabedoria pude desfrutar e aprender nestes oito anos de Undime e como dirigente Municipal de Educação. Foi um prazer conviver com vocês e aprender a cada dia algo novo."
Que o sucesso continue ao lado de cada um e a felicidade seja uma companheira assídua. Saibam que sempre poderão contar com minha amizade e apoio.

"Sinto-me honrado em ocupar a presidência da Undime-SC neste período de comemoração dos 30 anos de história em Santa Catarina, pois trata-se de uma das mais relevantes instituições do cenário educacional. Estou ciente da confiança que meus colegas dirigentes Municipais de Educação depositaram em meu trabalho e pretendo retribuir à altura, dando a minha contribuição nesta luta, constante, para elevar a educação pública a um patamar digno do ensino da população brasileira.
Sei que a educação é a esperança do nosso país, mas reconheço que não se trata de uma caminhada individual. Para chegarmos onde almejamos é necessário o engajamento de todos. O sucesso depende da coletividade, do compromisso, da responsabilidade que temos quando gestores municipais. É uma jornada que requer comprometimento e confiança dos envolvidos, pois estou à representá-los na atual gestão e a batalha não se limita a um período, ela precisa continuar.
A Undime-SC vem se fortalecendo, ao longo desses anos, pela capacidade de reunir diferentes agentes políticos em defesa da educação e por tamanha representatividade em nosso Estado, como também no país. Lutamos pela qualidade e igualdade da educação brasileira, levando em conta as peculiaridades culturais, para que possamos construir uma educação virtuosa, que tenha princípios básicos valores como a ética, o consenso na tomada de decisões e, o posicionamento aliado a grandes mobilizações da sociedade civil, de forma a atender os anseios da população que clama por um futuro melhor.
Esta gestão se dará de forma democrática e participativa, respeitando e apoiando causas educacionais que contribuíam para implementação de políticas públicas. Pretendo deixar minha marca nesta trajetória como membro que respeita e apoia o coletivo, pois sozinho não chegarei a lugar algum. Essa é uma causa de todos nós e espero conquistar, junto a vocês, vitórias significativas."



Roque Antônio Mattei

Joinville
Atual presidente
Biênio 2017/2019

Considerações finais

Este é o resultado de um trabalho que pretendeu deixar para a história o registro das ações, realizações, articulações, conquistas e vitórias no âmbito da educação realizadas pela Undime Santa Catarina. São trinta anos de muito empenho, perseverança e ética dos profissionais que, dessas lutas e conquistas participaram. É um patrimônio que ficará para as gerações vindouras, como forma de exemplo dos que, corajosamente, construíram e constroem caminhos que assegurem à sociedade uma consciência de paz, mediante uma educação de qualidade social, com aceitação da diversidade e possibilidades de desenvolvimento do potencial de cada um. A responsabilidade, o espírito de colaboração e cooperação, a mobilização e a ética dos que, juntos, edificaram a Undime-SC, para sempre ficará na história da Educação Catarinense.

Esta publicação comemora os trinta anos da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina - Undime-SC, retratando a trajetória da instituição em prol da educação pública catarinense.

Dividido em cinco capítulos, o livro permitirá o leitor viajar pela história, de lutas e conquistas, de uma organização conceituada, que atua em defesa da educação com qualidade social.

A Undime-SC faz parte do grupo de seccionais da Undime, distribuídas pelos estados de todo país. Em Santa Catarina, seu marco se deu no ano de 1987, com as primeiras movimentações em Jaraguá do Sul até sua consolidação e transferência de sede para a Florianópolis.

Muitos foram os aliados ao longo desses anos. Grandes responsáveis pelo crescimento e fortalecimento da Undime no estado, se firmando como uma associação civil, de direito privado, sem fins econômicos, que desempenha o papel de articuladora dos interesses comuns das Secretarias Municipais de Educação.

Por meio da Undime-SC, os gestores públicos têm o apoio técnico necessário para desenvolver um trabalho preciso e, também, são representados em causas educacionais junto aos governos municipal, estadual e federal.

O avanço educacional é visível em trinta anos, assim como a representatividade desta instituição, o que justifica o registro histórico documental, revelando que a Undime veio pra mudar o ensino público brasileiro e conquistar a excelência na educação.

Realização: UNDIME SC

Patrocínio: inteligência educacional